Ano VII - Nº 3.874

Quinta-feira, 21 de Junho de 2012

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

DIÁRIO OFICIAL DO LEGISLATIVO

Foto: Rodrigo Soares



Dia do Vigilante

Evento foi requerido pela vereadora Marta Rodrigues

A vereadora Marta Rodrigues (PT) ressaltou a importância dos vigilantes, que tiveram a profissão reconhecida pela Lei Federal 7.102/1983, no dia 20 de junho de 1983. "A categoria chegou a este patamar com muita garra. Não podemos deixar de reconhecer a luta dos vigilantes", destacou Marta.

Leia mais na página 4



CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

Criado pela Lei 4.429 de 19 de novembro de 1991

Presidente:
Pedro Godinho
pedrogodinho@cms.ba.gov.br

1º Vice-Presidente:
Paulo Magalhães Jr.
pmjunior@cms.ba.gov.br

2º Vice-Presidente:
Isnard Araújo
isnardaraujo@cms.ba.gov.br

3º Vice-Presidente:
Paulo Câmara
paulocamara@cms.ba.gov.br

1º Secretário:
Carlos Muniz
carlosmuniz@cms.ba.gov.br

2º Secretário:
Moisés Rocha
moisesrocha@cms.ba.gov.br

3º Secretário:
Orlando Palhinha
palhinha@cms.ba.gov.br

Corregedor Geral:
Alcindo da Anunciação
alcindoanunciacao@cms.ba.gov.br

Ouvidora Geral:
Olívia Santana
oliviasantana@cms.ba.gov.br

Assessoria de Comunicação

Assessor Chefe
Osvaldo Lyra
osvaldo.lyra@cms.ba.gov.br

(71) 3321-3918
(71) 3320-0380 (fax)
www.cms.ba.gov.br
imprensacms@cms.ba.gov.br
imprensacms@gmail.com

Siga a CMS no twitter!
www.twitter.com/camarasalvador

Câmara Municipal de Salvador Praça Municipal - CEP 40020-010
Salvador – Bahia – Brasil

ISO 9001 BUREAU VERITAS Certification

Vereadores discutem projeto para entorno da Fonte Nova

Secretário Ney Campello afirmou a necessidade de dar sustentabilidade para o equipamento esportivo

Foto: Valdemiro Lopes



Vereadores debatem possibilidade de mudança de zoneamento nas proximidades do estádio

Em reunião na tarde de terça-feira (19), no Salão Nobre da Câmara Municipal de Salvador, vereadores da Casa se reuniram com o titular da Secretaria Estadual para Assuntos da Copa do Mundo 2014, secretário Ney Campello, e o diretor de Projetos Associados da Fonte Nova Participações, Roberto Ataíde, para discutirem sobre a possibilidade de mudança da área no entorno da Arena Fonte Nova, de zona de uso residencial para zona mista.

A alteração, que precisa ser matéria de projeto de lei específico a ser enviado pelo Executivo Municipal ao Legislativo, seria fundamental para viabilizar o funcionamento do novo estádio, na visão do Governo baiano. A sugestão feita pelo secretário, em nome do governador Jaques Wagner, é uma forma de garantir a sustentabilidade da Arena Fonte Nova. Segundo a vereadora Olívia Santana (PCdoB), um projeto de reestruturação da área possibilitaria uma contrapartida ao Estado, já que o custo anual da Arena está previsto em R$ 99 milhões anuais.

A mudança do status de zona residencial para zona mista permitiria a instalação de equipamentos diversos – a exemplo de hotel, shopping, casa de eventos – na Poligonal do entorno imediato do estádio, uma área de 66 mil m². "Estamos falando de um complexo esportivo, de lazer, negócios e entretenimento que vai ajudar na revitalização do Centro Antigo", disse Ney Campello. Na opinião do vereador Gilberto José (PDT), pensar na infraestrutura do local ao redor da Fonte Nova é importante para que o equipamento não se torne ocioso.

Ressalvas

A necessidade de um planejamento adequado para promover transformações na área foi ressaltada pelos vereadores. De acordo com o líder do Governo na Casa, vereador Téo Senna (PTC), é preciso definir o que será construído na região e que sejam feitos estudos no local, para que o Legislativo possa analisar a questão e colocá-la em votação. "Quais empreendimentos serão instalados?", questionou Téo.

Preocupação semelhante foi externada pelo vereador Sandoval Guimarães (PMDB), que se mostrou receoso sobre uma possível piora da mobilidade urbana no entorno da Arena Fonte Nova. O vereador Jorge Jambeiro (PP) esteve reticente com a proposta, alegando discordância com posicionamentos do Governo baiano diante de outros temas de interesse da cidade.

Explicações

As indagações dos vereadores foram consideradas legítimas por Ney Campello, que reafirmou o efeito positivo de uma recuperação urbana na área, mas ressaltou que é preciso garantir segurança jurídica à empresa responsável por desenvolver um plano de exploração da área, além de providenciar os estudos ambiental e de impacto de vizinhança. A votação de um projeto de lei que altere o zoneamento do local seria o primeiro passo, na explicação do secretário.

Durante a discussão, Ney Campello também explicou a possibilidade, prevista no contrato de parceria público-privada firmado entre o Governo e a Fonte Nova Participações, de que projetos associados, como o que envolve o entorno da área, poderão ser realizados pela atual concessionária. Para isso, o consórcio deve apresentar proposta vantajosa. Caso contrário, o Governo abre a oportunidade para outras empresas concorrerem ao pleito.

Para a vereadora Aladilce Souza (PCdoB), reestruturar o entorno do estádio é interessante para a cidade, considerando que o impacto de novos empreendimentos na região deve ser avaliado.

Ala de internamento do Hospital Dom Rodrigo é desativada

Jambeiro alerta que a medida dificulta o tratamento da hanseníase



Foto: varelanoticias.com.br

Tratamento da hanseníase passar a ser absorvida pelo Hospital Couto Maia

O Hospital Especializado Dom Rodrigo de Menezes (HEDRM), é considerado uma referência no tratamento da hanseníase no Estado, mas no momento a sua ala de internamento está sendo desativada e a demanda deve passar a ser absorvida pelo Hospital Couto Maia, em Monte Serrat. Na opinião do ortopedista e vereador Jorge Jambeiro (PP), que atuou por mais de 20 anos na unidade, localizada em Águas Claras, com essa medida o Estado está perdendo leitos para o tratamento da Hanseníase.

"No total, são 32 leitos do Dom Rodrigo que estão sendo desativados e pelo que se sabe, estes números não foram ampliados no Couto Maia. Os pacientes de Hanseníase operados são transferidos, mas eles precisam de tratamento especializado, com médicos capacitados para tratar da doença, e estes não estão acompanhando os recém-operados. Um infectologista, por exemplo, não é a mesma coisa de um hansenólogo", alerta Jambeiro, destacando também que, na sua opinião, a medida não é recomendada.



Foto: Valdemiro Lopes

Vereador Jorge Jambeiro

Área protegida

De acordo com informações divulgadas na mídia, a desativação do internamento no Dom Rodrigo de Menezes, marca o início da concretização do Instituto Couto Maia, que deve ser erguido em Águas Claras, oriundo da fusão dos dois hospitais. Sobre a questão, Jambeiro também faz um alerta. "A região do Dom Rodrigo é uma Área de Proteção de Recursos Naturais (APRN) e não pode ser construída ou edificada, salvo se for algo dentro do PDDU/2008, já que esta Lei Municipal delimita as possibilidades de construção na área, cuja única possibilidade determinada no Plano Diretor é de um Núcleo de Educação ambiental", esclarece o vereador.

CÂMARA MUNICIPAL

EXPEDIENTE DA PRESIDÊNCIA

PORTARIA Nº 15/2012 – O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR no uso de suas atribuições, **RESOLVE:**

Suspender o expediente nas Unidades Administrativas deste Poder Legislativo Municipal de Salvador, no dia 22 de junho de 2012, os quais serão cumpridos por compensação, mediante acréscimo de 01 (uma) hora na jornada normal de trabalho nos dias úteis antes e após a data citada.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, 19 de junho de 2012.

PEDRO GODINHO
Presidente

PROCESSOS DEFERIDOS

PROCESSO CMS Nº	: 1247/2012
INTERESSADO	: Rodrigo do Nascimento Dias
PROCESSO CMS Nº	: 2188/2012
INTERESSADO	: Francisco de Salles Marques da Silva

EXPEDIENTE DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA

RESUMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA Nº	: 46/2012
PROCESSO CMS	: 1267/2012
CONTRATANTE	: CAMARA MUNICIPAL DE SALVADOR – CMS
CONTRATADA	: NICOLE KULBA PERBONI
OBJETO	:Aquisição de medicamentos odontológicos.
VALOR TOTAL	: R$ 1.028,50(Um Mil e Vinte e Oito Reais e Cinqüenta Centavos) .
BASE LEGAL	: Art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93.
DOT. ORÇAMENTÁRIA	: 01.031.038.2001 – 3.3.90.30
HOMOLOGAÇÃO	:20/06/2012

Marta destaca luta dos vigilantes no dia da categoria

Sindicato dos trabalhadores celebra 29 anos de reconhecimento da profissão

"Trabalho decente, valorização e respeito". Este é o lema defendido pelos vigilantes que participaram da sessão especial comemorativa ao Dia do Vigilante, na manhã desta quarta-feira (20), requerida pela vereadora Marta Rodrigues (PT), no plenário da Câmara Municipal.

A vereadora lembrou a importância da categoria que foi reconhecida como profissão pela Lei Federal 7.102/1983, no dia 20 de junho. "A categoria chegou a este patamar com muita garra. Não podemos deixar de reconhecer a luta dos vigilantes", destacou Marta.

Para o presidente do Sindicato dos Vigilantes do Estado da Bahia (Sindvigilantes-BA), José Boaventura, a classe está em busca permanente por reconhecimento pelo fato das pessoas não darem visibilidade aos vigilantes. "Esta data é importante para valorizar a autoestima destes trabalhadores. É também um momento de reflexão sobre a vida profissional da categoria", lembrou Boaventura.

Foto: Rodrigo Soares



Dia do vigilante é comemora no plenário. Sindicato parabenizou a vereadora pela passagem do seu aniversário

"É uma categoria que cuida de todos nós e não são reconhecidos, além de serem invisibilizados pela população", completou a vereadora Marta Rodrigues.

De acordo com o presidente do sindicato, a classe conquistou nestes últimos 20 anos o direito ao uso do colete, piso salarial, seguro de vida e adicional de risco de vida. "O reconhecimento profissional foi uma conquista nossa, porque quando eu comecei em 1981, os vigilantes não tinham direitos", relatou.

Boaventura criticou as péssimas condições de trabalho que alguns vigilantes são submetidos, principalmente em agências bancárias, além de ressaltar que mais 3.000 profissionais da classe foram "caloteados" por empresas que contrataram os serviços e desapareceram.

Participaram também da mesa presidida pela vereadora Marta Rodrigues, o presidente do Sindicato dos Vigilantes de Camaçari, Geraldo Silva Cruz; a deputada estadual Maria Del Carmem (PT); o padre da paróquia Nossa Senhora de Guadalupe, José Carlos Santos Silva e o presidente da Central Única dos Trabalhadores da Bahia (CUT-BA), Cedro Silva.

Conselho da Cidade

Gilmar Santiago e Aladilce Souza denunciam mutilação do colegiado

Os vereadores Gilmar Santiago (PT) e Aladilce Souza (PCdoB), presidentes, respectivamente das comissões de Planejamento Urbano e Meio Ambiente e de Direitos do Cidadão, da Câmara Municipal de Salvador, criticaram a falta de representantes de entidades sindicais e do movimento popular no Conselho Municipal de Salvador. O decreto municipal 22.959, de 15 de junho de 2012, designando as 16 entidades que comporão o colegiado foi publicado no Diário Oficial do Município do último final de semana.

De acordo com o decreto, participarão do Conselho sete representantes de órgãos públicos (Iphan, Conder, Sedham, Sesp, Sucom, Setin e SMA) e nove representantes da sociedade civil, sendo cinco de entidades empresariais (Associação Comercial da Bahia (ACB), Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário (Ademi), sindicato das empresa de ônibus (Seteps), Clube de Diretores Lojistas (CDL) e sindicato das empresas de construção (Sindiscom).

As quatros vagas restantes serão ocupadas por representantes da UFBA, Projeto Axé, Unidunas e um representante da Federação de Associações de Bairros (Fabs).

"Cadê o Instituto dos Arquitetos (IAB), o CREA, o Sindicato dos Engenheiros, a Associação Baiana de Imprensa (ABI)? Será que o prefeito deixou essas entidades de fora porque foram elas que entraram na Justiça questionando a mutilação do Conselho da Cidade", questionou Gilmar Santiago. Ele lembrou, também, que João Henrique postergou a instalação do colegiado por três anos, retirou o poder deliberativo do órgão e está designando as entidades passando por cima da Conferência da Cidade, que elegeu os representantes da sociedade civil.

O vereador alertou, ainda, para a possibilidade da composição ser novamente questionada: "O Conselho foi mutilado e a falta de representação dos trabalhadores, assim como a insuficiente representação do movimento popular, levarão que ele venha a ser, novamente, questionado na Justiça".

Retificação

Na opinião de Aladilce Souza, a ação ignora os preceitos da democracia, privilegiando o segmento empresarial na nomeação de membros da sociedade civil. De acordo com a Louos, observa, o Conselho deve ser deliberativo e fiscalizador nas matérias relativas ao planejamento e gestão do uso do solo, habitação, saneamento ambiental e mobilidade urbana, e consultivo nas demais matérias que afetam o desenvolvimento urbano, competindo-lhe que todos os segmentos estejam bem representados.

"A nomeação dos representantes da sociedade civil foi feita sem ouvir o segmento. Além disso, excluiu as entidades de profissionais urbanistas como o CREA, o IAB, o Conselho Regional de Arquitetura, os sindicatos dos Arquitetos e dos Engenheiros. No entanto, o empresariado está hiper representado, inclusive ocupando a vaga de representação dos trabalhadores com o Sinduscon, quando a vaga deveria ser preenchida pelo Sintracon", argumentou a vereadora. Ela frisou, também, que já foi solicitado ao Executivo a retificação da nomeação.